

A teoria das representações sociais: do nascimento ao seu desenvolvimento mais recente¹.

Ida Galli

idadgalli@unina.it

Università degli Studi di Napoli “Federico II” – Italia

Tradução: Alexandre Rosado

alexandre.rosado@globo.com - INES

Resumo

Este estudo tem por objetivo apresentar os diferentes momentos pelos quais passou a teoria das representações sociais. O trabalho foi adaptado do capítulo de um livro comemorativo dos 50 anos da teoria. Trata-se de uma apresentação sintetizada e comentada da teoria e de seus desdobramentos. Expõe o pensamento de diversos autores que contribuíram para que a teoria para que a teoria continue se desenvolvendo e aumentando seu poder explicativo. Conclui que recentes contribuições da teoria esclareceram as formas pelas quais se constroem e operam as representações sociais, entendida como produção, expressão e instrumento de um grupo na sua relação com a alteridade.

Palavras-chave: Representações sociais. Alteridade. Abordagens da teoria das representações sociais.

The Social Representations Theory: from conception to recent developments

Abstract

The study aims at presenting the various stages of development of the Social Representations Theory. The text has been adapted from a chapter published in a book that celebrated 50 years of the theory. It consists in a synthetic, commented presentation of the theory and its ramifications. Examines the thinking of diverse authors who contributed to the development of the theory and its explanatory power. Concludes that recent contributions to the theory have clarified the ways in which social representations, understood as production, expression and tool of a group in its relationship with otherness, are formed and operate.

Key words: Social representation. Alterity. Social representation approaches.

Apesar de passados cinquenta anos da formulação da teoria das representações sociais por Serge Moscovici, a base sobre a qual descansa sua arquitetura parece mais sólida do que nunca. A peculiaridade das representações sociais reside no fato de que elas impregnam todos os aspectos e os campos da vida social, alcançando os ângulos mais íntimos da existência das pessoas e, ao mesmo tempo, conferem materialidade às relações entre a vida pública e a vida privada. Há algum tempo Moscovici disse que o nascimento desta importante Teoria deu-se no que ele definiu como

¹ Capítulo publicado inicialmente in GALLI, Ida (Org). Cinquant'anni di rappresentazioni sociali. Bilanci e prospettive di una Teoria in continuo divenire. Milano: Edizioni Unicopli, 2012. Agradecemos ao Editor, Dr Marzio Zanantoni, a gentileza de nos ter dado permissão para publicar este artigo.

sua “idade da inocência”. Ele não aludia a um estado de inocência intelectual, mas ao seu conhecimento “imaturo” da psicologia social. Naqueles anos do pós-guerra, Moscovici frequentava a Sorbonne, sem ter noção alguma a respeito de seu futuro profissional. Ainda não tivera contato com seus colegas norte-americanos e ingleses, e a disciplina psicologia social era pouco difundida na França e na Europa. Eram anos de acalorados debates acerca do tema ciência que, de fato, representava o problema da modernidade. Desejava-se compreender como a ciência poderia impactar as mudanças históricas, o pensamento dos jovens e a sua perspectiva e, de outro lado, estavam menos interessados nos efeitos da ciência sobre a cultura, assim como no problema das relações entre ciência e senso comum. Toda a produção intelectual posterior de Moscovici, ao contrário, foi dedicada à reabilitação do conhecimento sobre o senso comum, que permeia a experiência cotidiana, a linguagem e a prática social. Uma verdadeira reação do autor contra a ideia difundida de que as pessoas comuns não pensam, ou pelo menos não conseguem pensar racionalmente. Mais precisamente ele pretendia explorar a relação existente entre o senso comum e a cultura, uma vez que, em sua opinião, é real apenas o que se encaixa nos modos de fazer, nas práticas sociais, na vida do “homem comum”. Moscovici não se referia ao senso comum como algo tradicional, primitivo, ou meramente folclórico, mas como alguma coisa que se origina apenas parcialmente na ciência e que assume formas diversas quando se torna parte da cultura. Além disso, o nosso ambiente social é povoado de objetos, pessoas, situações que são muito importantes para cada um de nós. Existem, por exemplo, objetos que recebemos de uma pessoa querida, situações que marcaram nossa história pessoal, indivíduos que amamos e que detestamos. As informações que dispomos a respeito desses objetos, dessas situações, dessas pessoas, assim como as crenças que temos acerca das coisas nos pertencem. Elas fazem parte da nossa individualidade. Todavia, há também objetos, situações e pessoas que são tão importantes para nós como para os outros. O poder, a doença, a pobreza, são exemplos de objetos sociais que ocupam um largo espaço na vida de todos. Por não ter estudado, lido ou perguntado sobre esses objetos, temos inúmeros conhecimentos a respeito, os quais provêm de diversas fontes. Se evocamos estes objetos com as pessoas que são próximas, podemos nos dar conta, na maior parte dos casos e até um certo ponto, que os nossos conhecimentos são comparáveis. Para além das divergências efêmeras, existe de fato um espaço comum de significados, de tomadas de posição, de crenças e de expectativas. E é precisamente para descrever e explicar como se forma este tipo de espaço comum que, há cinquenta anos, Moscovici formulou a Teoria das representações sociais.

Moscovici decidiu selecionar como centro de sua reflexão o senso comum, na medida que esse possui todos os atributos de um fenômeno psicossocial: é definido independentemente da ciência, se transmite de forma coletiva e não pode ser modificado pelos indivíduos, se não os

utilizam. A escolha deste tema foi certamente um risco, uma vez que a noção de senso comum não estava no dicionário de termos correntes nas ciências humanas. De fato, os fatos sociais apenas se tornam focos de interesse quando problemáticos, tal como as pessoas só se interessam por seus órgãos vitais quando estes produzem sofrimento. Na opinião do autor, em nosso século as tensões provocadas pelo afastamento da ciência do senso comum são irremediáveis, e também a relação entre a ciência dos “experts” e a ciência popular – folk science – são um problema real da nossa cultura.

Moscovici, mesmo antes de ter identificado o objeto de análise daquela que seria a sua Tese de Doutorado e, sucessivamente, o seu mais célebre livro, resenhara numerosas teorias científicas: o darwinismo, a relatividade, a física nuclear. A escolha recaiu sobre a psicanálise porque era a teoria mais “nova” e, ao mesmo tempo, a mais discutida na arena pública francesa. Definido o problema, ele precisou de um conceito para começar a elaborar a sua teoria. O foco da psicologia social, naqueles anos, era monopolizado pelos conceitos de atitude e opinião, em seu ponto de vista excessivamente reducionistas. Mais do que destacar *biais* e heurísticas utilizadas pelos atores sociais, seu objetivo foi explicar o funcionamento do conhecimento social e da transformação da ciência em senso comum.

A leitura de um livro de filosofia da ciência, *Essai sur la notion d'expérience*, que apareceu em Paris no ano 1943 pelas mãos do Padre Lenoble, foi fundamental para a descoberta de um conceito que Moscovici pensava há tempos sem ser capaz de o formalizar: as representações coletivas. A reflexão que se seguiu levou à publicação, em 1961, de *La psychanalyse, son image et son public*. Em seu livro Moscovici (1961, 1976, 2011) mostrou o caminho por meio do qual a linguagem científica é transformada em um dialeto comum, bem como as maneiras pelas quais ela permeia as opiniões e direciona as ações humanas.

A teoria das representações sociais se preocupa com o modo pelo qual o conhecimento é representado em uma coletividade, compartilhado por seus membros e considerado na forma de uma verdadeira “teoria do senso comum”, relativa a qualquer aspecto da vida e da sociedade. As representações sociais são entidades quase tangíveis. No decorrer de nossas vidas quotidianas elas se deslocam, cruzam-se e se cristalizam incessantemente em torno de uma palavra, um gesto, um encontro. Elas se constituem uma grade de leitura e decodificação da realidade, produzem a antecipação de atos e de condutas, e permitem interpretar as situações graças a um sistema de categorização coerente e estável. Inspirando as condutas, elas permitem a adequação e integração em relação às normas sociais. Se é verdade que uma representação social é uma preparação para ação, é igualmente verdade que ela não o é somente na medida em que guia o comportamento, mas

também e sobretudo na medida em que remodela e reconstrói os elementos do ambiente no qual o comportamento deve ter lugar. Em outros termos, as representações sociais são formas de conhecimento, conhecido ou ilusório, relacionado ao ambiente que nos rodeia. Este conhecimento tem a particularidade de ser produzido coletivamente, segundo processos socialmente determinados.

Entre as funções fundamentais das representações sociais lembremos a de construir e dar forma à realidade, determinando o sentido e o significado dos objetos e dos eventos. Elas fornecem uma ordem definida, no interior da qual as pessoas podem interpretar e compreender o seu mundo material e social, tornando-se atores. Graças às representações sociais, a ambiguidade e a diversidade da vida são reduzidas e os significados das ações são tomados de forma inequívoca. As representações sociais permitem a comunicação e a interação social. Os indivíduos e os grupos comunicam-se e interagem uns com os outros através de representações compartilhadas, bem como através de convenções de significados de linguagem e de ação. Quando os indivíduos e os grupos compartilham as mesmas representações sociais, as ações são entendidas da mesma forma, as ações têm o mesmo significado e o mesmo sentido tanto para o ator, como para o espectador. Em última análise, as representações sociais guiam as ações dos indivíduos e dos grupos, tornando-as compreensíveis para todos. Outra função que as caracteriza é a de demarcar e consolidar os grupos. Elas formam um “ambiente de pensamento” útil à comunicação e à interação no e entre grupos; fornecem um repertório de imagens e de ideias que os sujeitos pertencentes a um mesmo grupo consideram verdade e trocam uns com os outros. Os significados compartilhados dos objetos e eventos servem para consolidar o grupo e oferecerem uma realidade compartilhada, no interior da qual se dão relações estreitas de ligação com outras pessoas. Elas também servem para demarcar cada grupo a partir do outro, por meio dos significados divergentes contidos nas próprias representações.

Sem dúvida, a função mais importante das representações sociais é a de tornar familiar o que não é familiar. Objetos, pessoas e acontecimentos são percebidos e compreendidos em relação às nossas representações sociais. Isto é verdade seja para aqueles eventos que nos são familiares, seja para os que nos parecem estranhos. Percebemos como não familiares aqueles que não correspondem às nossas expectativas, que provêm de um sentimento de incompletude e de acaso. Tornamos-nos conscientes dos objetos, dos acontecimentos e dos conceitos não familiares apenas quando estes se tornam visíveis, habituais e acessíveis, ao mesmo tempo os percebemos como estranhos e perturbadores quando se apresentam como invisíveis, incomuns e inacessíveis. O estranho é transformado em familiar através da re-apresentação no contexto de relações e significados que incluem as nossas representações sociais. A forma e o conteúdo das representações

sociais determinarão a direção e o significado através do qual um grupo se familiarizará com o não familiar. Em outras palavras, o não familiar se torna familiar com o seu uso em conversas e em interações entre os membros do grupo. Do momento em que é dado um sentido, um significado e um valor ao não familiar, isso entra no “reino” de nossas relações sociais, tornando-se parte da nossa realidade social.

A Teoria das representações sociais preocupa-se com o modo pelo qual o conhecimento é representado em uma coletividade, compartilhada por seus membros e considerada uma verdadeira “teoria do sendo comum”, relativa a qualquer aspecto da vida e da sociedade (Moscovici e Hewstone, 1983). Uma representação social é um sistema de valores, noções e práticas que permitem aos indivíduos orientarem-se no seu ambiente social e material e dominá-lo. As representações sociais, como recorda Moliner (2001), são conjuntos de conhecimentos, conhecidos ou ilusórios, relativos ao ambiente dos indivíduos. Este conhecimento tem a particularidade de ter sido produzido coletivamente, segundo processos socialmente determinados, servindo para orientar a percepção do ambiente, a ação individual ou coletiva e a comunicação.

Toda representação social sempre se articula a partir de três dimensões. A informação, ou seja, a quantidade e a qualidade do conhecimento possuído a respeito de um objeto. O campo da representação, isto é, a organização do conteúdo, o que pressupõe um mínimo de informação, em torno da qual são organizadas as outras informações. A atitude, a orientação positiva, negativa ou neutra em relação ao objeto da representação, constitui a parte mais arcaica e existe mesmo quando a informação é limitada e o campo da representação é pouco organizado (Herzlich, 1972). Ancoragem e objetivação são os processos geradores de uma representação social. O primeiro permite transferir algo estranho e, por isso, muito ameaçador, que, todavia, nos diz respeito, de um espaço externo ao nosso sistema de categorias para dentro dele e colocá-lo em confronto com o paradigma da categoria que acreditamos ser a mais adequada. Ancorar significa classificar e atribuir um nome. Tudo o que não é classificável, que não possui um nome, permanece alheio, privado de existência e, portanto, ameaçador. A classificação e a denominação são condições essenciais para a representação. A objetivação, por sua vez, dota de realidade um conceito não familiar, o que residia em um universo distante parece-nos agora físico, acessível, ao alcance da mão. Objetivar significa descobrir o aspecto icônico de uma ideia ou de um ser mal definido, reproduzir um conceito em uma imagem. A objetivação tem a propriedade de tornar concreto o abstrato, de materializar algo.

Igualmente complexa é a análise das funções desempenhadas pelas representações sociais. A este respeito, recordemos as cinco funções fundamentais postas em evidência por Purkhardt (1993): as representações sociais constroem e dão forma à realidade determinando o sentido e o significado dos objetos e dos acontecimentos; permitem a comunicação e a interação social; guiam as ações dos

indivíduos e dos grupos, tornando-as compreensíveis a todos; demarcam e consolidam os grupos, oferecendo um repertório de imagens e de ideias que os sujeitos pertencentes a um mesmo grupo consideram verdadeiras e trocam uns com os outros; dirigem a socialização; tornam familiar o não familiar.

Moscovici (1961) define as três condições que presidem conjuntamente o nascimento de uma representação: a dispersão de informações, que permite que do conhecimento indireto e fragmentário, pela comunicação, se constitua os saberes sociais; a focalização, que conduz um grupo social a selecionar os aspectos correspondentes aos seus interesses; a pressão para a inferência, da qual deriva da necessidade de comunicar e agir, e permite aos indivíduos preencherem as lacunas de seus saberes, reconstruindo de alguma forma uma coerência, mesmo em que em situações confusas.

O ambiente que nos rodeia, a sociedade, a tecnologia, tudo evolui. Consequentemente, também as representações devem evoluir para manter a sua relevância e utilidade. Normalmente a evolução de uma representação é marcada por três momentos importantes: a fase de emergência, a fase de estabilidade e a fase de transformação.

A fase de emergência situa-se entre o surgimento de um objeto novo e problemático e a aparição de saberes estáveis e consensuais, diretamente ligados àquele. Esta fase será tão mais longa quanto mais rara, ou dificilmente acessível, a informação relativa ao objeto. Na fase de estabilidade, a representação torna-se um saber consensual e operacional sobre um determinado aspecto do ambiente social do grupo; uma vez que ele passou por uma evolução, também a representação evoluirá mais ou menos lentamente. Finalmente, na fase de transformação, a representação não serve mais corretamente às suas funções. Na verdade, podemos ser levados a acreditar que, uma vez estabilizada, as representações tornam-se estruturas rígidas e imutáveis. Essas o são, certamente, mas por períodos muito curtos. As representações de objetos tais como trabalho, a imprensa ou a família não são, provavelmente, muito diferentes de que eram três ou quatro anos atrás, enquanto não há nenhuma dúvida que evoluíram profundamente quando comparadas àquelas de trinta ou quarenta anos. Salvo em casos excepcionais, a dinâmica “natural” das representações sociais consiste em uma lenta evolução calibrada pelo ritmo evolutivo da sociedade. Trata-se de um processo que podemos definir como ajustamento progressivo. Em geral, uma representação pode evoluir de diferentes maneiras: pode ser enriquecida pela adição de um tema novo, ou simplificada, devido ao desaparecimento de um assunto que se tornou inútil. Quanto a novidade ou a mudança entram em contradição com as crenças pré-existentes, esta contradição pode ser mais ou menos forte.

Na hipótese original de Moscovici (1961) a gênese de uma representação social realiza-se

através de etapas sucessivas. Ele mostra que a primeira etapa é considerar, de forma seletiva, uma parte da informação que circula na sociedade a respeito de um objeto. Este processo permite passar de uma teoria científica que Moscovici chamou de “modelo figurativo” ou “núcleo figurativo”. Além de serem selecionados e classificados, esses elementos são também dissociados do seu contexto original e integrados no sistema de normas e valores do grupo considerado. O núcleo assim formado é, em seguida, ao mesmo tempo, simples, concreto e coerente com a cultura e as normas sociais vigentes. Desse ponto em diante torna-se realidade e constitui-se fundamento estável em torno do qual se construirá o conjunto da representação. O núcleo figurativo fornece o quadro de interpretação e categorização das novas informações, orienta o comportamento e confere significado aos acontecimentos.

Abrieu (1984, 1987) e Flament (1981, 1987, 1989) são os estudiosos que mais têm contribuído para ampliar e difundir este conceito, para criar uma espécie de “teoria na teoria” e uma verdadeira escola – a Estruturalista de Aix-en-Provence – com base nos resultados provenientes de numerosos estudos experimentais, e concluem que cada representação organiza-se em torno de um núcleo central, que é o elemento fundamental, uma vez que determina ou o significado, ou a estrutura. Ele é um subconjunto da representação. Um elemento é central quando é qualitativamente – e não quantitativamente – importante, quando dá sentido à representação. O núcleo central de uma representação tem duas funções e uma propriedade. A função de gerar, para a qual o núcleo central é o elemento por meio do qual se cria ou se transforma o significado dos outros elementos constitutivos da representação. A função organizadora, pela qual o núcleo central determina a natureza das ligações que unem através delas os elementos de uma representação. A propriedade de estabilidade segundo a qual o núcleo central é constituído dos elementos mais estáveis e mais resistentes à mudança da representação. Em torno do núcleo central organizam-se os elementos periféricos, que constituem a maior parte do conteúdo da representação, a sua parte mais acessível. Esses estão em relação direta com o núcleo central e correspondem às opiniões, descrições, estereótipos ou crenças que dizem respeito a ele.

Flament (1987) atribui três funções essenciais aos elementos periféricos: prescrevem comportamentos e tomadas de posição (atitudes), guiam diretamente a ação ou a reação dos indivíduos, sem que seja necessário referir-se aos significados centrais; permitem uma personalização das representações e dos comportamentos a eles ligados; protegem o núcleo central em caso de necessidade. O sistema periférico funciona, portanto, como um sistema de defesa e constitui uma espécie de “escudo protetor” para a representação.

Bonardi e Roussiau (1999) adicionam duas novas funções ao sistema periférico: a de regulação, que reduz as diferenças entre os parâmetros internos da representação e as informações,

os eventos e as novidades, provenientes do ambiente social; e a de concretização, que torna compreensível os elementos mais especificamente situacionais de uma dada representação.

Rouquette e Rateau (1998), com base nos estudos de Abric e Flament, afirmam que as representações sociais parecem constituir-se de um sistema duplo. O sistema central é ligado às condições históricas, sociológicas e ideológicas. Estando diretamente associado aos valores e às normas define os principais fundamentos em torno dos quais se organizam as representações. O sistema periférico está ligado ao contexto imediato com o qual se confrontam os indivíduos e permite a adaptação e a evolução da representação protegendo o sistema central dos impulsos transformadores.

Flament (1989) destaca o fato de a representação poder ser modificada a partir de uma prática social, enquanto que, na opinião de Abric (1994), as práticas sociais são sistemas complexos de ação subservientes aos interesses socialmente e historicamente determinados. A mudança da estrutura de uma representação pode se dar por dois tipos de práticas: as que contradizem explicitamente a representação e as que não a contradizem. A natureza da transformação, no caso de práticas contraditórias, pode variar na medida em que geram três tipos de transformações possíveis: a *progressiva*, quando se encontra diante de práticas antigas e bem sedimentadas; a *resistente*, quando confrontados com uma contradição explícita entre práticas e representações; a *brusca*, quando as novas práticas colocam em xeque diretamente o significado nodal da representação, sem que seja possível o recurso a mecanismos de defesa postos em prática no sistema periférico.

O modelo global de evolução das representações é derivado do estudo de um conjunto de parâmetros de transformação descritos até agora e pode ser resumido em quatro fases: modificação das circunstâncias sociais e/ou naturais; evolução das práticas sociais correspondentes a tais circunstâncias; início da transformação no nível dos esquemas periféricos; concretização da transformação no nível do núcleo central.

As teses de Moscovici estão na origem da Abordagem genética de Willem Doise e da dialógica de Ivana Markova. A Abordagem genética foi elaborada com base em uma leitura atenta dos primeiros trabalhos de Moscovici sobre as representações sociais. Doise (1986) centra-se na relação regulatória do metassistema social no sistema cognitivo. Na vida cotidiana, de fato, a mente não funciona apenas com base na estrutura abstrata e nos mecanismos cognitivos, mas também com base em uma espécie de metassistema normativo que controla, verifica e regula o que é produzido pelo sistema cognitivo.

Doise acredita que o estudo das representações sociais deve concentrar-se principalmente nas regulações feitas pelo metassistema social (normativo) no sistema cognitivo. Isso significa que

se deve imprescindivelmente considerar a relação entre o ator (indivíduo ou grupo) e o campo de relações sociais no qual ele está inserido. De acordo com esta perspectiva, as representações sociais podem ser definidas como princípios organizadores dos processos simbólicos e das tomadas de posição, ligadas a inserções específicas em um conjunto de relações sociais. Tais tomadas de posição ocorrem por meio da comunicação e se relacionam com os objetos de conhecimento, relevantes nas relações significativas entre indivíduos e grupos, colocados em contextos sociais específicos (Doise e Palmonari, 1986).

Ivana Markova (2003) argumenta que a Teoria das representações sociais pertence a uma família de abordagens teóricas fundadas com base em uma epistemologia de natureza dialógica. A sua Epistemologia dialógica implica uma abordagem co-construtivista, que enfatiza a reconstrução das mensagens culturais pelos indivíduos de formas novas e heterogêneas. A abordagem co-construtivista substitui a “díade fundamentalista” Ego-Objeto com a “triade dialógica” Ego-Alter-Objeto.

Os trabalhos que levaram a um tratamento de base dialógica da Teoria das representações sociais permitiram identificar uma relação entre os fenômenos sociais e *themata*, uma noção originalmente proposta pelo filósofo Holton (1978) e retrabalhada por Moscovici e Vignaux (1994). Os *themata* são conjuntos de conceitos gerais, de ideias-força profundamente ancoradas na memória coletiva de um grupo. Para Holton muitos *themata* científicos trazem em sua origem o senso comum, a exemplo dos princípios de simplicidade / complexidade, análise / síntese, estabilidade / evolução / mudança catastrófica, etc. Os *themata* parecem ter um poder gerador e normativo, na formação de uma representação, modelando as novas informações sobre as já existentes. De acordo com Moscovici os *themata* são fragmentos de conhecimentos ou crenças partilhadas, que as pessoas falam explicitamente ou implicitamente, aceitando-os como verdade.

Não é possível concluir esta breve reflexão sem evocar as duas obras que, historicamente, determinaram aquela que depois se tornaria a grande tradição de estudos sobre representações sociais: *La psychanalyse son image et son public* de Serge Moscovici e *Folies et représentations sociales* de Denise Jodelet. Sem dúvida a pesquisa de Serge Moscovici sobre a imagem da psicanálise que, para o autor, em vez de uma teoria, ou uma terapia, identificou um verdadeiro fenômeno social, que inaugurou esta linha de estudos. Nenhuma teoria psicológica, de fato, teve tanto sucesso, nem viu uma divulgação tão grande entre os cientistas sociais, assim como entre o grande público. Durante as duas Guerras, dos marxistas aos existencialistas, dos surrealistas

aos teólogos jesuítas, aos filósofos, antropólogos, escritores, artistas, todos participaram do debate suscitado pela teoria freudiana. Nos anos 50, a psicanálise chegou a um público ainda maior, graças à intermediação da imprensa e, assim, os conceitos de “inconsciente” e de “complexo de Édipo” se tornaram populares. A Psicanálise suscitava simultaneamente sentimentos de rejeição e, em alguns, de total aceitação, até uma espécie de “devoção” em outros.

Então, acabara de completar 31 anos, em 1961, Moscovici publicava o seu *La psychanalyse son image et son public*, a partir da sua tese de doutorado conduzida pelo famoso professor Daniel Lagache, da Sorbonne de Paris. Para estudar como nasce uma representação social, Moscovici analisa, através de um longo e complexo processo de pesquisa de campo, o modo de penetração e difusão da Teoria psicanalítica na esfera do conhecimento social. O assunto central da reflexão de Moscovici é que o conhecimento do senso comum, entendido como construção de um conhecimento útil na vida cotidiana, baseia-se na produção científica através de uma gama de informações que transforma e integra, antes de se reapropriar. Por este motivo, Moscovici fala de socialização, em vez de banalização dos conceitos científicos, pois não se trata de distorção ou simplificação das teorias científicas, mas de uma verdadeira reconstrução dos conteúdos e prescrições úteis à convivência social.

Para a sua pesquisa sobre a representação da psicanálise, o autor entrevistou mais de duas mil pessoas, pertencentes a seis grupos distintos: o primeiro, chamado “população representativa”, era constituído por amostra probabilística da população de Paris; o segundo, “população classe média”, era constituído de industriais, diretores, funcionários, artesãos e donas de casa, subdivididos em dois subgrupos com relação ao nível de instrução e sócio-econômico; o terceiro, a “população de profissionais liberais”, incluía professores, advogados, médicos, técnicos e eclesiásticos; o quarto era constituído pela “população operária”; o quinto, “população universitária”, compreendia os estudantes parisienses; e finalmente havia a “população estudantil das escolas técnicas” que compreendia dos estudantes entre as idades de 18 e 22 anos. Além disso, para poder proceder com uma comparação, Moscovici também optou por entrevistar dois pequenos grupos de sujeitos residentes na cidade de Genebra e Lion. Como instrumento de coleta de dados, Moscovici utilizou a técnica da entrevista, realizada através de um questionário semi-estruturado. O instrumento foi adaptado às diferenças entre os grupos, mantendo um conjunto de quatorze itens. Além das fontes primárias mencionadas, Moscovici se serviu de fontes secundárias, submetendo a uma análise de conteúdo do tipo Berelson (1952) 1.640 artigos sobre psicanálise, publicados entre janeiro de 1952 e março de 1953, de 200 jornais e revistas franceses, divididos pela tiragem e orientação ético-política. O quadro de análise utilizado pelo autor, permitiu conhecer: o comprimento do artigo; a rubrica em que aparecia; a modalidade em que a psicanálise era descrita,

bem como a atitude em relação a ela; em que aspecto da psicanálise chamava a atenção dos leitores e quais eram os objetivos da psicanálise. Finalmente, para cada grupo de artigos, classificados a partir da tipologia do jornal ou revista em que apareciam, foram extraídos os padrões de mensagem, construções mais ou menos coerentes, que representavam a conexão lógico-simbólica relativa à psicanálise e a sua organização.

Moscovici interessou-se pela psicanálise porque, em sua opinião, ela havia determinado práticas pouco conhecidas e mal definidas. Examinando mais profundamente os processos geradores das representações, o autor, como já recordamos nas páginas anteriores, destaca a existência de dois mecanismos específicos: o processo de objetivação e o processo de ancoragem. Através da objetivação a representação adquire solidez, enquanto o processo de ancoragem é que torna os elementos operacionais, os integra em argumentos e permite a construção dos discursos, que se tornam então compreensões em relação às filiações grupais e culturais dos atores sociais envolvidos. A esse respeito, Moscovici recolhe em seu estudo representações que não são consensuais para todos. A sua observação das diferenças entre as subamostras de participantes de sua pesquisa, especialmente entre comunistas e católicos, ilustra bem este aspecto. Os comunistas adotam uma perspectiva baseada na política que os leva a considerar a psicanálise como um destruidor usado pelo capitalismo para desviar o foco dos trabalhadores de sua condição de explorados. Atribuindo à psicanálise a intenção de os fazer desistir da luta para emancipação, eles desenvolvem uma atitude fortemente negativa, seja a respeito da prática terapêutica, seja a respeito dos seus pressupostos teóricos, cuja única finalidade é proteger-se dela. Mesmo os católicos, por sua vez, são propensos a desenvolver atitudes positivas em relação à psicanálise, embora com finalidades diferentes daquelas dos comunistas. Na verdade eles consideram a psicanálise com certa apreensão por questões morais, essencialmente ligada à materialidade que a Teoria de Freud atribui à vida interior, psíquica, em oposição à espiritualidade na base de suas crenças religiosas. Estas são as referências ideológicas que determinam os diferentes significados atribuídos à representação. Assim, mesmo se existirem processos cognitivos comuns, ou atitudes idênticas, a representação é ideologicamente diferente. Moscovici, de fato, supõe a existência de diferentes estilos de raciocínio dependendo dos indivíduos e do seu nível de pertencimento grupal.

Uma das implicações mais importantes do estudo de Moscovici sobre a psicanálise é sem dúvida aquela relativa à sua reflexão sobre a relação entre as fontes de comunicação social e o seu público, que para o autor podem corresponder a três grandes sistemas de comunicação: a difusão, a propagação e a propaganda. O modelo de difusão é inerente aos propósitos da comunicação nos regimes democráticos, nos jornais de grande circulação e se dirige a um conjunto heterogêneo de indivíduos, reunidos em torno de um tema da atualidade ou um modismo. Nele, os conteúdos são

fracamente hierarquizados, sujeitos a variações em função da demanda de mercado, das pesquisas e das ambições editoriais. Em tal sistema a fonte de informação não tem um escopo definido, ou uma intenção declarada de modificar os comportamentos, a não ser acidentalmente. O predomínio da opinião, em tal sistema, faz com que seja necessário que o emissor da comunicação, no momento da redação ou da confecção da mensagem, identifique-se com os supostos “interesses” do público, cujas preferências não são claramente perceptíveis. A difusão procura assimilar o máximo possível para o público e se aproximar de um tipo de comunicação não formal como a fofoca, ou a transmissão “ao pé do ouvido”. O tema da comunicação é gasto, decomposto e recomposto, no quadro de um “consumismo” de informação, bem como de uma linguagem para ser adotada sem finalidade particular, a não ser a de agradar os leitores e os divertir, descrevendo temas fracamente ligados entre si. Cada leitor, sob este ponto de vista, compõe o seu próprio “mix de informações”, a partir das proposições cuja fraca concatenação lógica permite uma apropriação pessoal.

A psicanálise, por exemplo, é uma linguagem, um assunto agradável, um pretexto e, ao mesmo tempo, uma orientação terapêutica, a qual se pode recorrer. E mesmo quando essa se apresenta como uma opção terapêutica, pode-se acrescentar que outras aplicações médicas alcançam o mesmo resultado.

(...) O novo não faz mais que reforçar o antigo, o *status quo* (Moscovici, 1976, 368).

Em resumo, podemos pensar a difusão das informações ou do conhecimento como um meio para expor os pontos de vista divergentes ou contraditórios, para informar o público sem, todavia, tentar deliberadamente convencê-lo do predomínio de um conceito a respeito de um assunto. A propagação, de outro lado, transporta um conjunto de significados conferidos ao objeto da comunicação, que aparece sob uma luz especial porque lhe foi conferido um sentido, uma orientação preferencial. Neste sistema de comunicação existe uma modalidade de avaliação do objeto endereçada à categoria de público sensível aos argumentos utilizados. Moscovici mostra como a publicação de um grupo católico, que protege o seu espaço ideológico, integra parcialmente a teoria psicanalítica, privilegiando alguns aspectos conceituais (a educação), aqueles que não contrastam com a própria concepção de mundo. Para outros aspectos (a sexualidade), os católicos vão julgar que a psicanálise lhes oferece um espaço excessivo. Em casos do gênero, o emissor terá que minimizar ou moderar os aspectos em evidente contradição com o discurso católico, contentando-se em uma nova teoria, utilizada e interpretada a partir dos princípios religiosos predefinidos. Comparada à difusão, nesta segunda modalidade de comunicação, a noção de atitude, mais afetivamente acentuada do que a de opinião, parece mais adequada para conotar os processos psicossociais desencadeados por ela, em primeiro lugar, os representacionais. A propagação diz respeito à necessidade de comunicar de modo adequado, tendo em conta as particularidades do novo objeto e a sua “receptividade” no pensamento do grupo. O objetivo é tornar esse objeto compatível, transformando-o e o integrando ao sistema de valores que estrutura o pertencimento à

instituição de referência ao qual se enraíza, através da sua abertura mais ou menos crítica. Na propagação, ao contrário da difusão, a função instrumental (educar, propor uma visão de mundo, exercer uma pressão) é dominante. Contrariamente à difusão, a propagação tem por objetivo provocar um comportamento em todos os membros do grupo.

Finalmente, a propaganda, estando a serviço da ação, potencial ou futura, influencia diretamente os conflitos entre grupos sociais e é de uso exclusivo de um grupo caracterizado por uma identidade muito marcada (um grupo de militantes). Ela impõe um ponto de vista, uma representação de um objeto, regulado pela interação desse grupo com os outros. A propaganda funciona em um clima de conflito: quando um determinado grupo mostra rejeição total a um objeto, ele mostrará uma certa rigidez nos seus enfrentamentos. Por exemplo, em sua pesquisa sobre psicanálise, Moscovici analisa o ponto de vista da imprensa comunista sobre a teoria freudiana, evidenciando que para os pensadores de esquerda esta ciência é percebida como uma “pseudociência ou ciência burguesa”, atravessada de críticas que a estigmatizam e a identificam com uma forma de “invasão da cultura burguesa”. Considerada “pilotada”, sobretudo pelos Estados Unidos, a ela se associa uma valência mais política que psicoterapeuta. Diferentemente do raciocínio integrador da propagação, a propaganda implica um esquema voluntário, destinado a provocar reações passionais e uma compreensão dicotômica da realidade.

O estudo pioneiro de Denise Jodelet (1989) sobre a loucura, considerado por Moscovici uma das raras obras realmente importantes no âmbito das ciências humanas, é a segunda obra que, junto com *Psychanalyse*, inaugurou a série de estudos conduzidos sob a ótica das representações sociais. Ele foi conduzido no contexto semi-rural da colônia de Ainay-le-Chateau e tratou do acolhimento que os núcleos familiares locais ofereciam aos mais de 1000 pacientes de um hospital psiquiátrico da região. O objetivo da autora foi o de identificar o nascimento e o funcionamento das representações, seu lugar e o seu papel na dinâmica de interações com os doentes mentais. O projeto envolveu a utilização de uma metodologia extremamente complexa focada em procedimentos guiados pela etnografia, história, psicologia social e sociologia. Desta forma, Jodelet pretende, por um lado, superar a insuficiência geralmente presente em seu campo de estudo, no tema das representações sociais, caracterizados pela pobreza de materiais recolhidos e, por outro lado, acessar a totalidade dos fenômenos com os quais as representações estão em relação: a comunicação, os modelos culturais de comportamento, as práticas reais e simbólicas. A pesquisa, que durou quatro anos, previu numerosas etapas e o uso de uma multiplicidade de estratégias e técnicas de investigação: a observação participante da vida comunitária, útil para identificar os comportamentos coletivos e individuais, bem como as formas de contato estabelecidos com os doentes mentais nos diferentes contextos e ocasiões da vida pública e privada; a reconstrução da

história da instituição psiquiátrica de origem dos doentes; a entrevista conduzida com uma amostra representativa da equipe do hospital (médicos e paramédicos) e, em particular, os “visitantes enfermeiros”, que constituíam a ligação real entre o hospital, os pacientes e as famílias onde eram recebidos; o censo das famílias e dos doentes, efetuado mediante a aplicação de um questionário semiestruturado, com base na qual foi construída depois uma entrevista em profundidade, utilizada na última fase da investigação; uma entrevista com uma amostra de família da colônia, selecionadas segundo critérios de representatividade e relevância, para estudar de modo sistemático a representação em questão e verificar algumas hipóteses formuladas com base nas observações. A partir das descrições da pessoa doente mental e das histórias da vida cotidiana, Jodelet pôde chegar a uma série de considerações a respeito da doença mental que, ainda hoje, constituem uma referência imprescindível a todos aqueles que estudam este dramático fenômeno. A combinação de um tipo de abordagem etnológica e de exploração psicossocial em profundidade, permitiu descobertas inesperadas relativas às concepções normalmente não expressas, escondidas como, por exemplo, a crença da transmissão da loucura através dos líquidos do corpo e de tudo que entra em contato com o doente mental. A característica peculiar deste estudo reside na sua capacidade de identificar temas gerais e universais que vão além da especificidade e identidade da comunidade objeto de análise. Graças à observação e a análise de uma situação concreta, neste caso o contato com os “loucos”, Jodelet pôde clarear as formas pelas quais se constroem e operam as representações sociais, entendida como produção, expressão e instrumento de um grupo na sua relação com a alteridade, assim como foi capaz de identificar os mecanismos que influenciam a vida psicológica e social cristalizada em torno de uma instituição psiquiátrica, dando vida a uma obra única no seu gênero e, podemos dizer, inimitável.

Referências

- ABRIC, J.C. L'artisan et l'artisanat: Analyse du contenu et de la structure d'une représentation sociale. «*Bulletin de Psychologie*», n.37, 1984. p. 861-875.
- ABRIC, J.-C. *Coopération, compétition et représentations sociales*. Cousset: Del Val, 1987.
- ABRIC, J.-C. *Pratiques sociales et représentations*. Paris: Presses Universitaires de France, 1994.
- BERELSON, B. *Content Analysis in Communication Research*. Glencoe/ Illinois: The Free Press, 1952.
- BONARDI, C.; ROUSSIAU, N. *Les représentations sociales*. Paris: Dunod, 1999.
- DOISE, W. Les représentations sociales: définition d'un concept. In: DOISE, W.; PALMONARI, A. (Eds.). *L'étude des représentations sociales*. Neuchatel/Paris: Delachaux & Niestle, 1986, p. 81-94.

- DOISE, W.; PALMONARI, A. (Ed.). *L'étude des représentations sociales*. Neuchatel/Paris: Delachaux & Niestle, 1986.
- FLAMENT, C. L'analyse de similitude: une technique pour les recherches sur les R.S. In: «*Cahiers de Psychologie Cognitive*», n.1, 1981. p. 375-396.
- FLAMENT, C, Pratiques et représentations sociales. In : BEAUVOIS,J.L. ; JOULE. R.V. ; MONTEIL, J.M. (Ed.). *Perspectives cognitives et conduites sociales*. Cousset, Del Val, 1987. p. 143-150.
- FLAMENT, C. Structure et dynamique des représentations sociales. In: JODELET, D. (Ed.). *Les représentations sociales*. Paris: Presses Universitaires de France, 1989.
- HERZLICH, C. La représentation sociale, In: MOSCOVICI, S. (Ed.). *Introduction à la psychologie sociale*. v. 1, Paris : Larousse, 1972.
- HOLTON, G. *The scientific imagination: case studies*. Cambridge: Cambridge University Press, 1978.
- JODELET, D. *Folies et représentations sociales*. Paris: Presses Universitaires de France, 1989.
- MARKOVA, I. *Dialogicality and social representations*. The dynamic of the mind, Cambridge: Cambridge University Press; 2003.
- MOLINER, P. *La dynamique des représentations sociales*. Grenoble: Presses Universitaires de Grenoble, 2001.
- MOSCOVICI, S. *La psychanalyse, son image et son publi*. Paris: Presses Universitaires de France, 1961/1976.
- MOSCOVICI, S. *La psicoanalisi, la sua immagine e il suo pubblico*. Milano: Unicopli, 2011.
- MOSCOVICI, S.; HEWSTONE, M., Social representations and social explanations: from the 'naive' to the 'amateur scientist', In: M. HEWSTONE (Ed.). *Attribution Theory*. Social and functional extensions. Oxford: Basil Blackwell, 1983, p. 98-125.
- MOSCOVICI, S.; Vignaux. G. Le concept de Thèmata. In: GUIMELLI, Ch. (Ed.). *Structures et transformations des représentations sociales*. Neuchatel : Delachaux et Niestlè, 1994, p. 25-72.
- PURKHARDT, S.C. *Transforming social representations*. A social psychology of common sense and science. London-New York: Routledge, 1993.
- ROUQUETTE, M.L.; RATEAU, P. *Introduction à l'étude des représentations sociales*. Grenoble: Presses Universitaires de Grenoble, 1998.

Submetido em 24/4/2014